

28 SET 1987
ANC P 4

Jornal de Brasília

Substitutivo tem votação dificultada

O segundo dia de votação do substitutivo do projeto de Constituição na Comissão de Sistematização foi confuso e demorado. Durante três horas, os 93 membros da comissão ficaram envolvidos na discussão de minúcias regimentais para a votação, que só foi começar às 19h00, embora o inicio da sessão estivesse previsto para as 15h00. Eram 100 pedidos de destaque para serem votados.

Antes de iniciar toda essa questão, porém, os constituintes tiveram que votar dois pedidos de destaques da sessão anterior, que tratou apenas do texto do preâmbulo do substitutivo. Um dos pedidos era do deputado Victor Faccione (PDS-RS), que não compareceu ao plenário e a votação da matéria ficou prejudicada. O segundo foi o do deputado José Genoino (PT-SP) que conseguiu acrescentar no texto do preâmbulo a expressão «Os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos ou por mecanismos de participação popular».

Após essa votação, o presidente da Mesa, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), suspendeu a sessão por meia hora para que os constituintes apresentassem pedidos de preferência, um dispositivo do regimento interno onde qualquer membro da comissão pode pedir que seu destaque seja apreciado primeiro.

Discussão

A discussão no plenário começou na reabertura da sessão, quando o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) pediu uma questão de ordem para dizer que os pedidos de preferência fossem votados antes do título do substitutivo. A questão provocou um debate de duas horas, com alguns parlamentares defendendo a posição de Sant'Anna e outros argumentando que, pelo regimento interno da Constituinte, o texto do título do substitutivo tinha que ser votado primeiro.

Venceu a segunda argumen-tação, apesar da confusão que se instalou na Mesa. A votação do primeiro destaque, que substituía o texto do título I, sobre os direitos fundamentais, só começou às 19h00. O primeiro destaque apreciado pelo plenário introduzia no texto o princípio da consulta popular por plebiscito, entre outras alterações. Foi rejeitado por 49 votos contra 41 a favor.

O segundo pedido também foi rejeitado. De autoria do deputado Aloisio Campos (PMDB-PB) pedia maior autonomia para as regiões. Recebeu voto contrário de 82 constituintes. A sessão foi suspensa às 20h00.

Preâmbulo consome 8 horas de votação

Foram necessárias oito horas de sessão para que a Comissão de Sistematização, em sua primeira reunião de votação, aprovasse o texto do preâmbulo do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e decidisse pela manutenção da expressão «sob a proteção de Deus», cuja presença no projeto da nova Carta mereceu oito emendas, entre supressivas e modificativas.

A primeira rodada de votação ocorreu por volta das 23h00 de quinta-feira. E os constituintes rejeitaram o pedido de preferência para o exame do primeiro substitutivo de Cabral, formulado pelo deputado Haroldo Lima, líder do PC do B. Por 71 votos contra 18, o plenário da Sistematização manteve a preferência para o último substitutivo do relator, ressaltando os destaques.

Já passava da uma hora quando a Mesa decidiu votar os destaques apresentados ao preâmbulo. Dos 18, seis já haviam sido dados como prejudicados, pois foram contemplados por Cabral no segundo preâmbulo. Esses destaques pediam inclusão de expressões no texto como «sem distinção de raça ou sexo» ou alusão à criança, religião etc.

A manutenção da expressão «sob a proteção de Deus» foi a discussão que mais absorveu o tempo dos constituintes. O vice-líder do PT, deputado José Genoino, apresentou um pedido de destaque para retirá-la do texto sob o argumento de que a sociedade brasileira é pluralista e portanto os ateus deveriam ser considerados. Mas ao final, a expressão foi mantida. Votaram a favor da expressão 69 constituintes. O único voto contra foi fadado pelo deputado Haroldo Lima. Até mesmo o líder do outro partido comunista, deputado Roberto Freire, votou a favor, na perspectiva de modernidade do mundo socialista e em respeito ao sentimento de religiosidade da sociedade brasileira.